

MEMÓRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RUY LINS DE ALBUQUERQUE(*)

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco foi criado através da Lei n.º 6078, de 12 de dezembro de 1967.

Na primeira fase, que foi de 12 de dezembro de 1967 a 25 de março de 1970, era composto por cinco Ministros, todos nomeados pelo então Governador Nilo de Souza Coelho:

- 1) Jarbas Cardoso de Albuquerque Maranhão
- 2) Fábio Corrêa de Oliveira Andrade
- 3) Orlando Moraes
- 4) Luís Fernando Guedes Pereira
- 5) Sebastião Ignácio de Oliveira Neto.

Com a Emenda Constitucional n.º 02, de 25 de março de 1970, foi elevado para sete o número de Conselheiros do Tribunal de Contas, oportunidade em que foram nomeados pelo mesmo Governador Nilo de Souza Coelho os Conselheiros:

- 6) Suetone Nunes de Alencar Barros
- 7) Ruy Lins de Albuquerque.

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, desde a sua criação, já teve 13 (treze) Ministros ou Conselheiros,

denominação esta em razão do disposto no Art. 193 § 2.º das Disposições Gerais Transitórias da Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969.

Para falar da composição e edificação do Tribunal de Contas, transcrevo trechos do livro **“Um Marco na História do Tribunal de Contas de Pernambuco”**, de autoria de **Jarbas Maranhão**, que conta essa história desde a procura do terreno para construção do edifício-sede até a formação dos seus quadros de Conselheiros.

“A RODA DO TEMPO

Girou a roda do tempo.

A Emenda à Constituição Federal que tomou o n.º 1 de 17 de outubro de 1969, no artigo 13, item IX determinou que seria de sete o número máximo dos titulares dos Tribunais de Contas estaduais.

Foram então criados, em Pernambuco, mais dois cargos pela Emenda Constitucional n.º 2 de 25 de março de 1970 (art. 54, § 1.º) e nomeados para preenchê-los, ainda pelo governador Nilo Coelho, os conselheiros — cujos nomes dou pela ordem alfabética — Ruy Lins de Albuquerque e Suetone Nunes de Alencar Barros.

Na presidência do Tribunal, na oportunidade, tive a satisfação, não só de dar-lhes posse, a 1 de abril de 1970, como de saudar aos dois novos colegas, oriundos da política e do serviço público. O primeiro, ex-secretário de Estado. O segundo, ex-deputado.

Com o desaparecimento do saudoso conselheiro Fábio Corrêa, a 19 de setembro de 1981, e a aposentadoria de Guedes Pereira, a 3 de maio de 1982, as vagas abertas foram providas respectivamente por Honório de Queiroz Rocha, que se empossou a 15 de setembro de 1982 e Antônio Corrêa de Oliveira Andrade Filho, que assumiu a 29 de junho do mesmo ano, nomeados pelo governador Marco Maciel.

Coube-me também, por escolha do então presidente Ruy Lins, o prazer de recebê-los, no órgão, com discursos em que busquei traçar o perfil de ambos os conselheiros, vindos da Assembléia Legislativa e de Secretarias de Estado.

Mas a marcha dos anos é inevitável e impiedosa.

Chegou a vez de minha aposentadoria, em 16 de janeiro de 1986, às vésperas da compulsória, e eis que, para alegria de meu espírito, sou substituído, a 20 de fevereiro de 1986, por um dos mais dedicados companheiros de vida pública — o ex-deputado e ex-vice-governador José Antônio Barreto Guimarães, nomeado pelo governador Roberto Magalhães.

A 7 de maio de 1986 aposenta-se Orlando Moraes e, para o seu lugar, ainda pelo governador Roberto Magalhães, é nomeado o competente e dinâmico parlamentar Severino Otávio Raposo Monteiro, que se empossou a 2 de dezembro de 1986.

Com as aposentadorias de Suetone Alencar, a 13 de novembro de 1987, e de Barreto Guimarães, em 23 de março de 1988, as vagas são ocupadas pelos dois mais novos titulares — ambos nomeados pelo governador Miguel Arraes — o advogado e destacado militante político Fernando José de Melo Correia, e o ilustre e atuante deputado Adalberto Farias Cabral. O primeiro empossou-se a 30 de novembro de 1987 e o segundo a 23 de agosto de 1988.

Apraz-me referir os que ocuparam a Procuradoria Geral: Gilvandro de Vasconcelos Coelho, Irineu de Pontes Vieira e Luiz de Magalhães Melo.

Gilvandro, colega no magistério superior; Irineu e Luiz Magalhães, companheiros de vida pública, ex-parlamentares e ex-secretários de Estado.

Também atuaram na Procuradoria Geral — Edson Moury Fernandes, ilustre e esclarecido procurador e Eliana Maria Lápida de Moraes Guerra, não menos ilustre subprocuradora.

Não seria justo se não aludisse ao incansável Auditor-Chefe, o advogado Luiz Arcoverde Cavalcanti.

Além dele, participaram do colegiado desta Corte, embora provisoriamente, convocados como substitutos, os auditores já aposentados — José Antunes da Silva Braga, Pompeu Nunes da Silva, Augusto Lucena e Alberto Ferreira Maia; e, ain-

da, Antônio José de Andrade e Humberto Cícero Rodrigues Gibson, que continuam em atividade.

Quis, assim, deixar assinalados nesta oração, os nomes dos que tomaram parte no Plenário do Tribunal de Contas de Pernambuco desde o início até hoje, dia da inauguração da sede própria, em que foram transcorridos vinte anos de devotados serviços ao Estado, no resguardo das finanças públicas.

A HISTÓRIA DO EDIFÍCIO

Na história deste edifício-sede colaboraram todos os senhores conselheiros, com as suas preocupações, interesses e providências.

Naturalmente maiores esforços foram empregados pelos que exerceram a Presidência: Orlando Moraes, Fábio Corrêa, Oliveira Neto, Ruy Lins, Suetone Alencar e quem no momento usa da palavra.

O presidente atual, por generosidade, exaltou a minha contribuição.

Ela não resultou, porém, de nenhuma virtude pessoal e sim da circunstância de haver sido Presidente na fase em que aumentaram os serviços e se fez sentir mais claramente a necessidade de um próprio à altura das atribuições e responsabilidades desta Corte.

De início, procurei encontrar um prédio condizente; para verificar, depois, que nenhum deles se adaptaria à crescente estrutura do Tribunal. E foram muitos os atropelos.

Parti, em seguida, em busca de um terreno.

Procurei em toda parte. Contei inclusive com a cooperação do então Prefeito do Recife, Augusto Lucena.

Mas somente fui encontrar a magnífica área, onde erguemos esta esplêndida sede, em conjunto com o governador Eraldo Gueiros Leite e o vice-governador Barreto Guimarães.

Nos idos da década de 1970 trouxe aqui os senhores conselheiros e o saudoso governador para o compromisso da doação do terreno.

Orientei a organização da planta do Edifício e, como foi lento o processo da construção, tive ainda a oportunidade de adaptá-la ao crescimento dos serviços do Tribunal.

Eraldo Gueiros Leite não somente empenhou-se na doação do terreno, pelo Governo Federal, como pretendeu começar e concluir o prédio, não tivessem as obras do Complexo de Salgadinho consumido todas as verbas destinadas à Área Metropolitana.

Como não foi possível terminar o Edifício no prazo previsto no decreto que doou o terreno, é-me muito grato referir a colaboração e o interesse demonstrado pelo saudoso engenheiro Napoleão Ivo, delegado, naquela fase, do Patrimônio da União em Pernambuco, para a convalidação ou renovação do ato governamental.

Neste período de vinte anos, do início do Tribunal até hoje, administraram Pernambuco, mantendo com esta Corte uma relação de respeito e apreço e colaborando na construção do prédio, uns mais, outros menos, conforme a situação financeira do Estado, mas todos com boa vontade e compreensão, os seguintes governadores:

Nilo Coelho — que foi o seu criador;

Eraldo Gueiros Leite — por intermédio do qual se obteve o terreno e se iniciou a construção;

José Francisco de Moura Cavalcanti;

Marco Antônio Maciel;

José Ramos;

Roberto Magalhães — que, em nosso último mandato de presidente, por gestão do vice Oliveira Neto, destinou a quantia de cinco bilhões de cruzeiros para o andamento do Edifício;

Gustavo Krause; e o

Governador Miguel Arraes — que, com o maior empenho, concluiu a obra, participando o seu governo com a maior parcela da edificação.

Está a notícia que, em linhas gerais, devo dar a respeito da construção deste belo Edifício — sede do Tribunal de Contas de Pernambuco — e que o vice-governador Carlos Wilson Campos, substituindo, por motivo de saúde, o governador Miguel Arraes, nos dá a honra de inaugurar.”

(*) RUY LINS DE ALBUQUERQUE é Conselheiro do Tribunal de Contas de Pernambuco. Foi Secretário de Administração do Governo Paulo Guerra.



Dia em que o Governador Eraldo Gueiros doou o terreno para a sede do Tribunal de Contas do Estado, 19 de julho de 1973



Solenidade de inauguração do Edifício-Sede do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Corte da Fita Simbólica pelo Vice-Governador Dr. Carlos Wilson Campos e o Conselheiro-Presidente Dr. Sebastião Ignácio de Oliveira Neto, em 09.12.88



Edifício-Sede do Tribunal de Contas do Estado



Sessão plenária do Conselho do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco